



CASA MADALENA DE CANOSSA

PROJETO EDUCATIVO 2017/2020



INDICE

PROJECTO EDUCATIVO

Que Escola?

CASA MADALENA DE CANOSSA:

Resumo Histórico da Irmandade

A Comunidade Canossiana no Porto

Palácio das Sereias

MIRAGAIA

História da Freguesia

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Caracterização do Espaço

Caracterização do Pessoal

Caracterização da População

Comissão de Pais

Regime Jurídico

COMUNIDADE ENVOLVENTE

PARCERIAS

A COMUNIDADE EDUCATIVA

QUE ESCOLA HOJE?

Conceção de Educação

MODELO DE EDUCAÇÃO SEGUNDO MADALENA DE CANOSSA

Uma escola Católica

OBJECTIVOS GERAIS

AVALIAÇÃO

PROJECTO EDUCATIVO

Que Escola?

Antes de mais um Projeto Educativo é um documento político que define a identidade de uma escola, estabelecendo metas e objetivos que devem servir de orientação ao trabalho de toda a comunidade escolar.

O decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, considera o projeto educativo como “(...) o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;” (artigo 9.º, 1, a)

Assim sendo, queremos responder às necessidades da **nossa** comunidade educativa através de um Projeto **nosso** de forma a dar resposta aos desafios que se apresentam sustentando a **nossa** ação educativa.

Pretendemos então, criar um quadro de referências baseado nos ideais da nossa fundadora Madalena de Canossa.

Sendo o Projeto Educativo o fio condutor da ação educativa, a Casa Madalena de Canossa pretende basear a sua pedagogia numa partilha de princípios e valores nomeadamente a responsabilidade, a partilha de saberes e experiências, dando importância à comunicação, valorizando o trabalho em equipa e a colaboração mobilizando os recursos disponíveis.

CASA MADALENA DE CANOSSA

Resumo Histórico da Irmandade

A 1 de Março de 1774, nasceu em Verona (Itália), Madalena Gabriella di Canossa, filha dos Marqueses Octávio e Teresa Szluha di Canossa, fundadora deste instituto.

Quando Madalena sentiu o chamamento de Deus, sentiu também o génio da caridade para com os pobres, enfermos, os órfãos e o próximo privado de amor. Não respondeu imediatamente a esse chamamento pois a “ideia da renúncia à prática da caridade que a vida monacal lhe imporia, tornava-a hesitante e incerta. É verdade que no convento, convivendo mais com Deus, rezaria por eles. Mas estes precisavam também de pão, das suas roupas, do seu socorro e do seu sorriso, para poder suportar a infeliz existência quotidiana.” (Giacom, Modesto: 1998 pg.28)

O diretor espiritual de Madalena ia aprovando a ação da “marquesinha”, bem como as diversas atividades caritativas empreendidas por ela na cidade. De tais iniciativas, nascera uma rede bastante vasta que ia sendo cada vez mais atentamente analisada e aperfeiçoada, com vista a um “plano” que previa uma instituição permanente em benefício dos mais pobres e esquecidos.

Em 1805 Napoleão alojou-se, como era de costume, em casa dos Canossa. Tomando conhecimento das atividades caritativas empreendidas por Madalena, comentou em voz alta: “Vede! Embora mulher, esta senhora encontrou um modo de ser útil ao estado.” (op. cit. Pg.71)

No dia 8 de maio de 1808, Madalena fundou em Verona o Instituto das Filhas da Caridade Canossianas, sob o lema “A Caridade na Humildade, a Humildade na Caridade”, sendo este o ponto de partida para o crescimento do Instituto em Itália e no mundo.

Em 23 de dezembro de 1828, Sua Santidade o Papa Leão XII aprovou esta congregação, tornando-a canonicamente erecta BREVE SI NOBIS.

O plano apostólico e social de Madalena era bem vasto, mas ela não ficava só pelos planos. A elevação do povo realizou-a com as obras: escola para os pobres, professoras para o campo, oratórios, centros de recreação, catecismo paroquial, assistência aos enfermos e necessitados; foram todos meios para engrandecer o povo, material e espiritualmente.

Pouco tempo antes de morrer, exortava às suas filhas: “recomendo-vos encarecidamente os meus amados pobres; procurai, eu vos peço, por meio das orações, da caridade e das fadigas que todos possam um dia gozar o Céu.” (op. cit. pg.117)

A 10 de abril de 1835, faleceu Madalena di Canossa, com sessenta e um anos. Com a morte da fundadora, sucedeu-lhe no governo do instituto, Madre Cristina Pilotti, que faleceu pouco tempo depois. Foi nomeada para o seu lugar Ângela Bragato, e com ela se expandiu o Instituto.

Em 1860, cinco missionárias Canossianas foram para Hong Kong, daí para a China e em 1900, estavam também na América Latina, Estados Unidos, Austrália e África. Hoje estão presentes em trinta e quatro países dos cinco continentes com trezentas e trinta e uma comunidades religiosas e duas mil novecentas e quatro irmãs ao serviço de quem precisa.

Madalena dizia que: “Jesus Cristo não é amado, porque não é conhecido”, e é lembradas deste conselho, que as suas filhas continuam no mundo de hoje a sua obra apostólica, entre os pobres e os pequenos, mantendo viva a sua herança.

A 7 de dezembro de 1941, Madalena di Canossa foi proclamada Beata por Sua Santidade o Papa Pio XII e a 2 de outubro de 1988 foi canonizada por Sua Santidade o Papa João Paulo II.

A Comunidade Canossiana no Porto

O Bispo de Macau fez um pedido ao seu homólogo da cidade do Porto, para que as Irmãs Canossianas se instalassem nesta cidade a fim de aprenderem a língua portuguesa e se prepararem para as missões em Macau. Assim, a 13 de outubro de 1955 o Instituto adquiriu por título oneroso o prédio da Rua da Bandeirinha, nº27, em Miragaia, Porto, para nele fundar a sua delegação em Portugal.

A princípio, esta casa era apenas um local de passagem para as Irmãs Missionárias. Mas uma vez instaladas, havendo um grupo de Irmãs fixas que asseguravam o funcionamento da casa e, observando as carências do local, começaram a dedicar-se ao auxílio das pessoas da freguesia, seguindo a “vontade de se dedicarem aos pobres”, da sua Fundadora.

De início, as instalações limitavam-se a uma pequena sala que acolhia as crianças da 2ª e 3ª infância, e aos fins-de-semana jovens para atividades recreativas, de formação cristã e formação cultural. Todo este trabalho era gratuito e aberto exclusivamente aos mais necessitados.

A 13 de abril de 1957, por despacho de S. Exa. o Subsecretário de Estado do Ultramar, de 6 de abril de 1957, foi reconhecida como corporação missionária, nos termos do artigo 38º do Decreto-lei nº31/207, de 5 de abril de 1941, a Província Portuguesa do Instituto das Filhas da Caridade Canossianas Missionárias (in Diário do Governo nº87, II Série, de 13 de abril de 1957).

Desta forma, Portugal passou a usufruir do trabalho missionário deste Instituto.

Tendo em vista o apoio que o estado português dava às instituições particulares de assistência e beneficência, com a autorização da Superiora Geral da Congregação, o visto do Ordinário

Diocesano do Porto e ao abrigo da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português e do preceituado no artigo 454º do código administrativo em vigor, foram elaborados uns primeiros estatutos que mereceram, por despacho de S. Exa. o subsecretário de Estado da assistência social, de 16 de fevereiro de 1957, a sua aprovação (in Diário do Governo nº48, III Série, de 21 de fevereiro de 1957).

Foi criado então o Patronato do Instituto “Filhas da Caridade Canossianas Missionárias”, que visava:

- Proteger as crianças pobres de ambos os sexos, na idade pré-escolar, proporcionando-lhes educação moral, religiosa, familiar e social, em regime de externato e semi-internato;
- Preservar as raparigas dos perigos a que estavam expostas, sobretudo quando as mães trabalhavam fora de casa;
- Preparar as raparigas para a vida de família e para o desempenho de uma profissão honesta;
- O ensino do catecismo na paróquia e escolas oficiais do estado, cooperando no desenvolvimento da Ação Católica e nas atividades da freguesia, de acordo com o respetivo Pároco;
- Receber todos os domingos, as meninas e as raparigas que “desejarem passar alegremente”, em jogos recreativos e educativos, as horas da tarde, proporcionando-lhes instrução adequada, usando-se projeções ilustradas, recitações e atos teatrais por elas mesmo executadas.

Por motivos burocráticos a que foi sujeito, houve necessidade de redigir novos estatutos, já que, entretanto, o Instituto criou no concelho de Oeiras, freguesia de Barcarena, uma outra instituição denominada Casa de Nossa Senhora de Fátima.

Assim por despacho de 4 de agosto de 1978, publicado no Diário da República nº297, III Série, de 28 de dezembro de 1978 foram aprovados novos estatutos. Contudo, em 1982 e por força do Decreto-lei nº519-G2/79, de 29 de dezembro, nova alteração se registou, mas em nada afetou o fim prioritário da obra, desde a sua criação 27 anos atrás, pois continua presente a promoção social da população, com vista a dignificação da pessoa humana e ao fomento de um autêntico espírito comunitário, de interajuda, solidariedade e colaboração.

Hoje a Casa Madalena de Canossa (designação que veio substituir o antigo nome de Patronato), tem em plena atividade a valência de Creche, Educação Pré-escolar e CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres).

O Palácio das Sereias

A Casa Madalena de Canossa ocupa o Palácio das Sereias, que se situa na rua da Bandeirinha, na parte superior de Miragaia, ligando-a à Rua da Restauração e ao Hospital de Santo António, perto do Largo do Viriato.

O edifício pertenceu à família Portocarrero e foi adquirido em 1957 pela Congregação das Irmãs Canossianas.

A origem do edifício remonta o século XVIII, quando foi construído para residência da família Cunhas Portocarrero.

O edifício é composto por três pisos, onde a fachada extremamente trabalhada contrasta com o interior de arquitetura mais simples. Na entrada encontra-se a razão do seu nome, duas

exóticas sereias que ladeiam o portal. No cimo do portal encontra-se um frontão circular em pedra com as armas dos Portocarrero.

No segundo piso, encontram-se duas janelas ornamentadas com balaústres de pedra. O último piso reserva uma janela decorada em estrela e uma varanda e balaústres em granito.

Especula-se que a autoria deste Palácio foi de Nazoni. No entanto, não passa disso mesmo, pois não existem provas concretas que a corroborem.

O edifício foi habitado pela família Portocarrero até 1809, altura em que o abandonaram, na sequência do assassinato do seu filho pois os populares acreditavam que ele era apoiante dos invasores franceses.

Em 1955 o Palácio foi vendido ao Instituto das Filhas da Caridade Canossianas Missionárias, que estabeleceram ali uma instituição vocacionada para a promoção da infância, de vertente social, a qual ainda hoje se encontra a funcionar com o nome de Casa Madalena de Canossa.

No exterior do Palácio encontra-se um frondoso jardim e um pavilhão de construção mais recente onde funciona a Creche, o estabelecimento de Educação Pré-escolar e as infraestruturas de apoio à instituição.

Na casa das sereias está instalado o CATL, com várias salas, a capela, um pequeno escritório, receção e algumas salas com funções variadas.

MIRAGAIA

História da Freguesia de Miragaia

A nossa instituição situa-se numa das mais antigas freguesias da cidade do Porto, Miragaia.

Com o povoamento do Porto intramuros, a zona ribeirinha da “praia de Miragaia” e o morro da Vitória fizeram-se sentir como núcleos residenciais e comerciais com atividade própria, onde se fixaram populações vindas dos campos da periferia, nomeadamente da região do Minho, assim como grupos emigrados (judeus e arménios) que trabalhavam sobretudo como artífices e mercadores.

Apesar de o povoamento da encosta de Miragaia ser contemporâneo da formação e do desenvolvimento do núcleo intramuralhas Fernandinas, Miragaia foi fundada como bairro da cidade apenas no séc. XVIII, abarcando as freguesias de S. Pedro, Sr.^a da Boa Viagem e Cedofeita. A Sé, Vitória (intramuros) St^o Ildefonso e Vila Nova surgem nessa altura também como bairros importantes da cidade do Porto.

Pela sua proximidade ao rio e à praia, onde hoje se encontra o cais e o edifício da Alfândega, desenvolveram-se na zona de Miragaia atividades ligadas à pesca, transporte e comércio de mercadorias por via fluvial e marítima, levando à fixação de população ao longo da escarpa de morfologia agreste que ainda hoje caracteriza esta zona.

A fixação de uma comunidade judaica deu origem a que grande parte do morro de Miragaia fosse chamado de “monte dos judeus” e com a instalação da sua sinagoga (demolida com a construção do Convento de Monchique) formou-se a judiaria de Monchique, tal como aconteceu na Vitória e na Sé. No entanto, esta comunidade com forte apetência para o negócio e por isso em grande parte responsável pelo desenvolvimento da freguesia de Miragaia, é no

final do séc. XIV, transferida para a judiaria do Olival e, mais tarde, no séc. XV, para a Rua dos Mercadores na Ribeira.

Junto ao rio instalou-se a comunidade cristã vinda da Arménia devido às invasões turcas, na rua que hoje tem como topónimo Rua Arménia e onde os Arménios estabeleceram a sua atividade como comerciantes.

Testemunhos das principais formas de subsistência dessa época foram perpetuados através das formas de expressão popular de folclore e festas religiosas, como é o caso da festa de S. Pedro de Miragaia em honra ao Santo Padroeiro da Freguesia, protetor dos barqueiros, assim como a festa do Corpo de Deus, onde a procissão era feita em honra à faina marítima. Nessa procissão desfilavam representantes das principais profissões: taberneiros, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, barqueiros e douradores, entre outras.

As lendas também fazem parte do imaginário da freguesia de Miragaia, como é o caso da lenda das sereias, esculpidas no portal de granito do Palácio das Sereias situado na rua da Bandeirinha e que encantavam os homens com o seu canto.

É no séc. XX que as quatro freguesias que constituem o Centro Histórico do Porto atingem o seu auge de sobrelotação, na sequência do processo despoletado pela revolução industrial e a consequente migração de pessoas do campo para a cidade, assistindo-se também desde aí a um processo contínuo de empobrecimento. Com efeito, com a saída das famílias burguesas para zonas mais próximas das novas vias de comunicação (Porto de Leixões, Circunvalação) o núcleo histórico torna-se um local de atração de populações com baixos recursos materiais e económicos, tornando-se rentável alugar quartos das habitações deixadas pelas famílias burguesas a quem queria trabalhar nas fábricas limítrofes.

As habitações que foram edificadas nas freguesias históricas são, na sua maioria, estreitas chegando a atingir cinco pisos e a sobrelotação desse parque habitacional contribuiu muito para a sua degradação.

As preocupações políticas com a revitalização urbana e também social de toda esta zona histórica aumentaram a partir de 1974, principalmente com a criação de um Comissariado para a Recuperação Urbana da área da Ribeira Barredo, o CRUARB, que mais tarde chega mesmo a tornar-se num projeto municipal de intervenção em todo o centro histórico.

Com a classificação da zona histórica do Porto como Património Cultural da Humanidade em 1996 e com a realização da Cimeira Ibero-Americana em 1998 na freguesia de Miragaia, também se fizeram sentir alguns avanços por parte do poder local nos processos de reabilitação do património edificado, mas não se vislumbrou de forma generalizada, uma melhoria das condições habitacionais nas freguesias que integram o núcleo histórico, que assumem contornos ainda muito graves para a deterioração da qualidade de vida da população local.

O decréscimo populacional nos bairros históricos portuenses está fortemente e continuamente associado ao fator urbanístico desde as décadas de 60 e 70. Os resultados dos censos de 2001 divulgam isso mesmo, mas ainda assim, as densidades populacionais registadas nas freguesias do Centro Histórico vão apresentando valores elevados superiores ao de qualquer outro espaço da Área Metropolitana do Porto.

Ao parque habitacional degradado, acresce a concentração de populações socialmente vulneráveis à pobreza e exclusão social marcadas pelo envelhecimento, pelos baixos níveis de qualificação escolar e profissional, pelo emprego precário e atividades no domínio da economia

informal, pelo elevado desemprego, e ainda por trajetórias marginais no mundo da droga e da prostituição.

As estruturas familiares existentes neste contexto territorial são múltiplas e ilustrativas da desqualificação social que aqui persiste, mas a predominância de famílias mono parentais, agregados dependentes, unicamente de idosos e famílias com dois ou mais núcleos aumentam a vulnerabilidade da população local a estados de empobrecimento e exclusão social.

Mas não só a desqualificação sócio urbanística se associa o Centro Histórico da Cidade do Porto, uma vez que pelo seu carácter histórico e popular está igualmente associado à existência de uma realidade sócio cultural particular, onde persiste uma comunidade relativamente fechada, centrada nas relações familiares e de vizinhança e nas relações de solidariedade em situação de crise.

Deste modo, mesmo que afetados por situações de pobreza e exclusão social particularmente problemáticas dentro do contexto urbano, nos bairros populares antigos constituem-se comunidades fortemente integradas e de vida social muito intensa.

No contexto urbano portuense, o Centro Histórico configura-se pelas razões explanadas como um território socialmente complexo e demarcado, mas no panorama dos bairros desqualificados da cidade tem contrariado a ideia e qualificação de gueto, por ser uma zona com poder de atração turística.

Dado o aumento muito acentuado do fluxo de turistas na cidade desde 2010, assiste-se a uma descaracterização na habitação local que, ao ser reabilitada, passa a ser destinada a alojamento para turismo. Este facto leva a uma deslocação dos residentes e uma perda dos atrativos típicos da zona, como o comércio tradicional e a especificidade das pessoas.

Mas este aumento do turismo traz muitos desafios a uma cidade que «teve um "boom" muito rápido, potenciado pelas "low cost" que viajam para a cidade. "Um dos principais desafios é manter a autenticidade do destino, isto é, conservar o património arquitetónico e imaterial que nos caracteriza e diferencia", referiu Filipe Ortigão Guimarães.»

Alexandra Noronha 24 de agosto de 2016 in *Jornal de negócios*

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Caracterização do Espaço

A sede da **Casa Madalena de Canossa** fica numa construção histórica da cidade do Porto, conforme está descrito no capítulo que se refere à caracterização histórica da freguesia de Miragaia. Esta casa tem vários espaços ajardinados e uma área cultivável onde o jardineiro vai tratando da horta e de várias árvores de fruto. Sempre que as crianças mostram vontade podem passear ou mesmo cultivar.

Para dar resposta às necessidades que têm surgido ao longo dos anos, os espaços têm sido constantemente adaptados e assim temos:

Na Creche:

- Sala dos 0 anos
- Dormitório
- Sala do 1 ano
- Sala dos 2 anos

No Pré-escolar:

- Sala dos 3 anos
- Dormitório
- Casa de banho
- Sala dos 4 anos

No CATL:

- Sala de acolhimento
- Sala do 1º ano
- Sala do 2º ano
- Sala do 3º ano



- Copa
- Casa de banho
- Pequeno espaço exterior
- Sala dos 5 anos
- Refeitório
- Casa de banho
- Vestiário
- Copa
- Recreio exterior
- Gabinete da coordenação
- Sala do 4º ano
- Pequena biblioteca
- Atelier
- Refeitório
- Casas de banho
- Recreio exterior

Existem alguns espaços comuns a todas as valências como a cozinha, a secretaria e um campo de jogos polivalente, além das instalações das Irmãs e de uma Capela que costuma ser espaço de retiro para quem queira usufruir de um momento de calma ou de uma vista privilegiada sobre o Rio Douro.

Caracterização do Pessoal

	COMUM ÀS 3 VALÊNCIAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	CATL
Pessoal docente				
Diretora	1			
Educadoras de Infância		2	3	
Educadoras Sociais				1
Pessoal não docente				
Administrativa	1			
Ajudantes de ação educativa		4	3	2
Animadoras socioculturais				1
Cozinheira	1			
Ajudante de cozinha	1			
Funcionárias de Limpeza		1	2	1
Jardineiro	1			
Motorista	1			
Prestação de serviços				
Professor música		1	1	
Professor de multidesportos				1
Parceria com ESEPF				
Estagiárias de Mestrado		2	3	

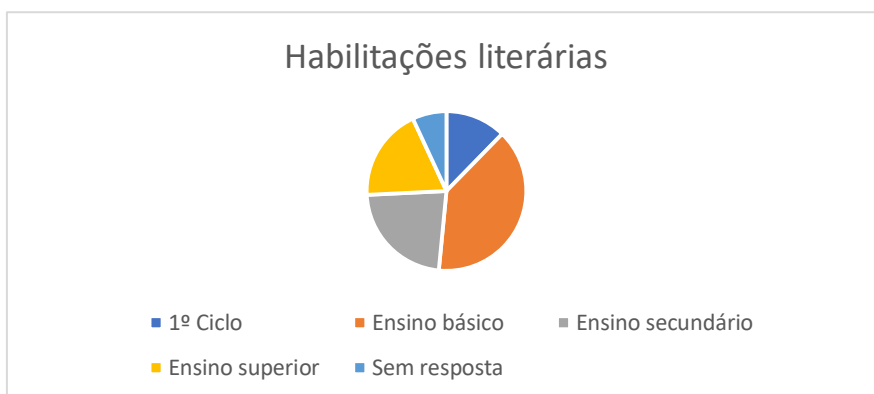
Caracterização da População

Depois da análise cuidada das fichas das crianças, e apesar de muitas estarem bastante incompletas, ficamos com alguns dados que caracterizam a população que temos.

Assim constatamos que, no ano letivo 2017/2018, os alunos estão distribuídos pelas três valências, de acordo com o seguinte quadro:



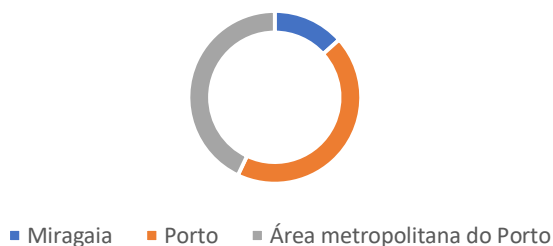
Outro aspeto que tentamos analisar foram as habilitações literárias dos pais. Apesar de a maioria não disponibilizar essa informação podemos confirmar que, das respostas obtidas, a maioria não tem mais do que o terceiro ciclo, e que apenas um grupo muito restrito concluiu o ensino superior.



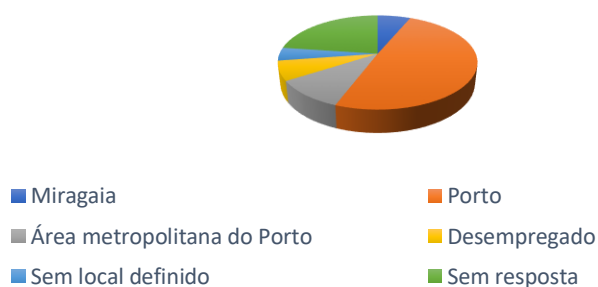
Desta análise podemos questionar o grau de expectativa dos pais em relação ao percurso académico dos filhos, até que ponto contam com a colaboração da instituição e que tipo de respostas, esta lhes pode oferecer ao longo do percurso escolar de cada criança.

Quanto ao local de residência vemos que são poucas as famílias que habitam na freguesia de Miragaia sendo que a maioria continua a ser oriunda da zona metropolitana do Porto, trazendo os filhos para perto do seu local de trabalho como se pode observar nos gráficos seguintes.

Local de residência



Local de trabalho dos pais



Comissão de Pais

Tendo em conta que a participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola, é um dever e um direito, formou-se uma Comissão de Pais, da qual fazem parte um grupo de pais que se mostrem disponíveis para participar. Esta participação concretiza-se em reuniões mensais com vista à promoção de atividades, festas e eventos. Tem como objetivo principal a concretização partilhada do Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo da instituição.

Regime Jurídico

A Casa Madalena de Canossa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que funciona com as valências de Creche, Pré-escolar e Centro Atividades dos Tempos Livres (CATL). Tem acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto e com o Ministério da Educação, através da Delegação Regional do Norte, usufruindo de um subsídio do Ministério da Segurança Social para as três valências e do Ministério da Educação para o Pré-escolar para a componente letiva.

Organização Institucional

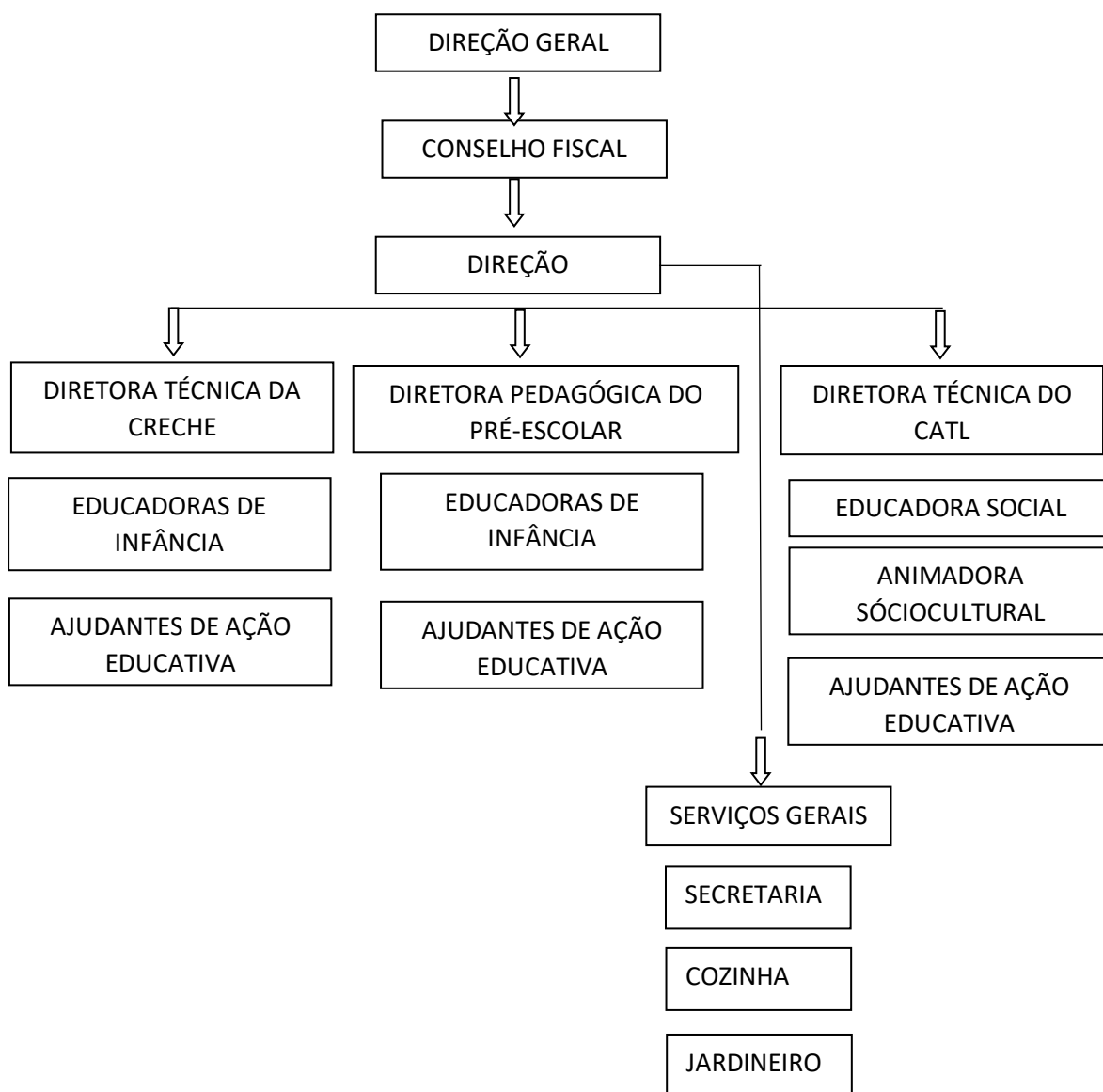
A Instituição é constituída por todos os associados em pleno direito de funções. Os órgãos que dirigem a nossa instituição são eleitos, dividindo-se em direcção e conselho fiscal.

À Direção compete administrar e dirigir a Instituição, zelar pelo cumprimento das decisões e representar a Instituição. Reúne mensalmente.

Ao Conselho Fiscal compete vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e, em especial fiscalizar a escrituração e dar parecer sobre o relatório de contas e orçamento elaborados pela Direção.

O esquema seguinte representa o organograma da Instituição:

ORGANIGRAMA



COMUNIDADE ENVOLVENTE

A nossa Instituição situa-se na zona histórica do Porto, na Rua da Bandeirinha, nº 27, na Freguesia de Miragaia, uma das mais típicas freguesias da Cidade do Porto. Situa-se na margem direita do Rio Douro, sendo ele que define a fronteira sul. Os outros limites são as freguesias de Massarelos, Vitória, Cedofeita, localizadas a norte, este e oeste respetivamente.

Dada a localização privilegiada da Instituição apresenta-se as seguintes entidades com as quais estabelecemos algumas parcerias ocasionais:

Junta de Freguesia de Miragaia
Palácio da Justiça
Quartel de Cavalaria da GNR
Torre dos Clérigos

Hospital Geral de Santo António
Centro de Saúde de Aníbal Cunha
ELI Porto Ocidental 2

Escola Básica 1 da Bandeirinha
Escola Básica 2/3 de Miragaia

Faculdade de Biomédicas do Porto
Faculdade de Ciências do Porto

Museu dos Transportes e Comunicações da Alfândega do Porto
Museu do Carro Elétrico
Museu do Vinho do Porto
Museu Nacional Soares dos Reis
Museu da Macieirinha
Biblioteca Almeida Garrett

Jardins do Palácio de Cristal
Jardim da Cordoaria
Jardim do Passeio das Virtudes

PARCERIAS

SETOR	DESIGNAÇÃO	TIPO DE INTERVENÇÃO
Educação	ESEPF (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti)	Desenvolver estágio de prática pedagógica
Educação	Biblioteca Almeida Garrett Centro de Educação Ambiental dos Jardins do Palácio de Cristal	Desenvolver atividades de enriquecimento curricular
Educação	Escola Básica da Bandeirinha	Prática curricular das crianças que frequentam o CATL
Educação	Museu Nacional Soares Reis Museu Vinho do Porto	Promover o contacto com o património artístico e cultural
Ação social	Banco Alimentar	Programa comunitário de ajuda alimentar a famílias carenciadas
Ação social	Modis Modelo Continente Hipermarcados SA	Fornecedores de alguns bens alimentares e de higiene
Ação Social	Mundos de vida	Evento solidário nacional, no qual são as crianças que angariam fundos para ajudar outras crianças.

A COMUNIDADE EDUCATIVA

«Uma Comunidade implica, com efeito, a existência de laços de vizinhança, de uma partilha afetiva e intencional de objetivos, de preocupações e de valores que lhe confirmam uma solidariedade interna capaz de dispensar a existência de disposições regulamentares prévias.» (Carvalho, 1993).

A comunidade educativa desta instituição é formada por todas as pessoas que dela fazem parte de forma direta ou indireta. Todos participam, na educação das crianças, devendo todos agir seguindo «**o estilo de educação canossiana** expressando de forma harmónica: amabilidade e firmeza, familiaridade e respeito, gratuidade e alegria» (RD 76-77)

Assim a comunidade educativa qualifica-se como uma estrutura de participação ativa:

- É constituída pela comunidade religiosa, pessoal docente e não docente, pais e alunos.
- As competências de cada uma das partes são definidas tendo em vista o interesse das crianças.
- Promove os objetivos da Educação Canossiana, através de programação, ação e avaliação.
- Promove uma relação dialética de ensino / aprendizagem.

A comunidade religiosa, como núcleo propulsor da comunidade educativa garante a fidelidade do serviço educativo ao carisma Canossiano e é responsável pelo acompanhamento do Projeto Educativo.

O pessoal docente, constituído por cinco Educadoras de Infância e uma Educadora Social, deve ser fiel ao seu perfil de competências definido pelo Ministério da Educação, do qual se salienta a “conceção e desenvolvimento do currículo”.

O pessoal não docente, consciente da importância das suas funções, deve realizá-las em equipa, com zelo de forma a contribuir para um ambiente agradável para as crianças e restante comunidade educativa.

Os pais são os primeiros e insubstituíveis educadores dos seus filhos e devem-se comprometer a acolher a proposta do Projeto Educativo, no qual estão inseridos, partilhando dos seus objetivos e assegurando a relação entre a escola e a família. É na perspetiva de partilha e reflexão conjunta que se integra o plano de formação para os encarregados de educação. Este plano é constituído por ações de formação ao longo do ano letivo subordinadas a temas de interesse comum.

As crianças fazem parte do processo educativo, e devem ser acompanhadas de acordo com a idade e a maturidade de cada uma. Devem ser encorajadas a serem protagonistas do seu crescimento pessoal, tomando consciência dos seus direitos e deveres. A educação tem como missão preparar cada criança para uma participação ativa na vida de cidadão.

Os estagiários devem desenvolver atividades significativas para a criança e o grupo sob a supervisão do educador cooperante tendo em conta as orientações da ESEPF. Têm de avaliar e planificar em conjunto e sob a orientação dos educadores cooperantes.

QUE ESCOLA HOJE

Conceção de Escola

A escola é um espaço em permanente mudança, em permanente movimento e como dizia Madalena de Canossa é «através da leitura atenta do nosso tempo» (op. cit. pg.17) que devemos encarar a tarefa de educar.

São duas as modalidades educativas preconizadas pela nossa fundadora: a educação formal e a educação informal, pois «ambas oferecem válidas oportunidades educativas e atenções apropriadas ao crescimento da pessoa» (op. cit. pg.25)

Além dos currículos em vigor para os diversos níveis de ensino, a comunidade educativa deve estar consciente que todo o ambiente educativo contribui para uma “Boa Educação”. A formação de personalidades autónomas, intelectuais e sensíveis, com sentido de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir não apenas os seus direitos, mas também os direitos dos outros.

«Assim sendo, pretendemos construir uma Escola Reflexiva, na qual cada um dos profissionais aprenda a valorizar a aprendizagem como um processo continuado, que não parou no momento da sua formação inicial. Para tal precisamos de um compromisso de cada um dos intervenientes no sentido de desenvolver a mudança integrando os seus projetos. Isto «pressupõe a integração de uma “visão” e de um sentido de “missão”, pelo que integra quer componentes cognitivas, quer volitivas, quer afetivo-emocionais, quer operativas.» (Caetano, 2004)

A Escola Reflexiva pressupõe alterações a nível organizacional. Para existir uma mudança eficaz, devemos ter em conta uma mudança organizacional, pondo em destaque o papel do coletivo institucional, considerando-o não como a soma dos seus membros individuais, mas como o resultado das múltiplas interações entre eles ocorridas.

A instituição deverá proporcionar aos seus funcionários, oportunidades de formação e qualificação. Seguindo a ideia de Júlia Formosinho, a escola como organização, terá muito a ganhar se assumir como organização aprendente e qualificante.

Para construirmos uma escola melhor, temos que a tornar numa organização pensante, aqui subjaz a conceção de Senge (1994) como organização que se pensa a fim de criar o seu futuro.

É urgente que a escola se pense e prepare não só o seu futuro, mas também o seu presente. A constante atitude de reflexão manterá presente a importante questão da função que a escola desempenha na sociedade, introduzindo preocupações éticas e sociais, fundamentais à correta definição das políticas e estratégias institucionais.

Muitas vezes questionamo-nos como deveria ser a escola e qual o papel do professor/educador nessa escola. Todos concordamos que o passado, presente e futuro da escola são diferentes. O passado não se repete, e dele apenas interessam as aprendizagens que produziu em nós; quanto ao presente, a cada momento que passa, torna-se passado a um ritmo cada vez mais alucinante, sendo assim, resta-nos a preocupação com o futuro e com aquilo que poderá ter de melhor» (Moreira e Silva, 2007) para as nossas crianças.

MODELO DE EDUCAÇÃO SEGUNDO MADALENA DE CANOSSA

Uma Escola Católica

Esta Instituição, sendo um projeto de uma Congregação Religiosa, assume-se primordialmente como uma escola católica, baseando-se nos princípios de Madalena de Canossa, sua fundadora.

«A Educação Canossiana comunica o amor de Deus, promovendo a pessoa, e isso através de suas diversas formas, qual expressão cristã eclesial do serviço cultural para o homem, promovendo a pessoa, comunica o amor de Deus. Não se propõe diretamente o vínculo da fé, mas mantém uma unidade de objetivos no sujeito que atua e que não deixa de ser educador e crente» (op. cit. pg.19)

O primeiro ministério de Madalena é a Educação e nos seus escritos as “Escolas de Caridade” ocupam sempre o primeiro lugar das suas preocupações. Através de uma educação formal e não formal, o grande objetivo é a “formação do coração” (RD77), centro propulsor da pessoa humana, sendo assim importante “instruir, formar e habilitar”.

Madalena dá importância a três dimensões:

Humano-espiritual, que exige atenção à pessoa para promovê-la, ajudá-la, proteger sua dignidade de filha de Deus e a consciência da sua identidade humano espiritual.

Social, que solicita a opção pelos pobres, neste caso, carentes de educação, em particular aqueles que não têm possibilidade de alcançar os bens da vida, conforme o projeto de Deus

Vocacional-pastoral, através da presença da unidade educativa, a qual, através do projeto educativo, colabora para promover a sua finalidade e os seus objetivos, em clima de contínua busca, de avaliação e de diálogo com outras instituições educativas eclesiais e sociais, principalmente com a família.

«Jesus Cristo, revelador do amor do Pai, é centro, fonte e fim último da educação canossiana» (op. cit. pg.24)

A finalidade da educação é a promoção global e harmoniosa da pessoa para que, através de relacionamentos positivos, amadureça no conhecimento e na estima de si e da realidade que a

circunda, até descobrir o amor pessoal de Deus a seu respeito e a sua própria missão na sociedade.

Assim, a educação fundamenta-se nos seguintes valores:

A autoestima

A autoestima que, sendo desenvolvida, permitirá à criança ser cada vez mais capaz de conseguir adquirir todos os outros. Se a criança for humilde, mas conseguir sentir que é capaz de fazer muitas coisas, tornar-se-á uma pessoa mais confiante e receptiva para todas as etapas da sua vida. Para isso, é importante orientá-la ao conhecimento e a realização de si, a fim de descobrir que é dom para os outros. Promover o crescimento da pessoa valorizando a sua dignidade e os seus dons pessoais.

Espírito Crítico

Crescer, aprender e desenvolver-se é o trabalho que cada criança faz no seu dia-a-dia, favorecendo a assimilação e a reelaboração do saber. A escola e os pais promovem momentos diferentes para que a criança o faça. A criança deve demonstrar ter espírito crítico e saber fazer escolhas ao longo do percurso da sua vida.

Disponibilidade

Viver com os outros é ser-se disponível para escutar e ajudar nos momentos em que o outro precisa. Cada criança, na escola ou em família deve ser capaz de dar um pouco de si próprio e ter tempo para perceber os tempos dos outros.

União e Cooperação

Criança e adultos são pessoas que vivem numa comunidade e devem saber cooperar para crescer em conjunto. A união e a cooperação são valores que consolidam e realizam o valor da amizade.

Amizade

A criança e os adultos devem ser capazes de descobrir o valor da amizade. A amizade é fundamental no desenvolvimento da criança, como ser social.

Coragem

A vida é feita de desafios. Acreditar que os conseguimos ultrapassar exige coragem. Aprender a ser corajoso é um fator de aprendizagem ao longo da vida que com certeza será proporcional ao sucesso.

Obediência e respeito

Viver com os outros é, também, perceber que há regras para que a vida aconteça de forma tranquila. As regras são uma forma de organizar o mundo e dar segurança a quem nele vive. Obedecer a regras e respeitar o outro é um dos valores mais importantes a ser trabalhado na escola. Porque a liberdade de cada um termina quando começa a liberdade do outro.

Consciência e Responsabilidade

Cada criança deve ser capaz de trabalhar, assumir tarefas e levar até ao fim um projeto/trabalho que iniciou. É necessário, para isso, ter disciplina pessoal e determinação,

capacidades que se vão desenvolvendo ao longo de toda a vida. Essa é a primeira forma de assumir responsabilidade. Por isso, é importante valorizar as experiências da vida diária para habilitar a uma correta autoavaliação e educar a uma consciência crítica e responsável.

Constituem objetivos desta instituição:

- Promover a melhoria da qualidade de ensino / aprendizagem através da adaptação do currículo e da intervenção educativa à diversidade de interesses, necessidades e capacidades de cada criança;
- Fomentar o trabalho de equipa, proporcionando momentos de reflexão sobre as práticas de ensino / aprendizagem;
- Promover a interação entre valências, no sentido de construir uma escola reflexiva;
- Proporcionar momentos de trabalho em equipa para o desenvolvimento de projetos;
- Promover um relacionamento baseado no respeito, na assertividade, na colaboração, na articulação entre valências;
- Promover uma cultura de participação, desenvolvendo iniciativas que envolvam toda a comunidade educativa a participar na dinâmica de escola;
- Valorizar as iniciativas de cada valência, de forma a promover a sua articulação e integração;
- Continuar as atividades de parceria com instituições culturais e escolares com as quais se estabeleceram protocolos para um trabalho mais integrado;
- Aderir a novas iniciativas e novas parcerias, favorecendo o reforço da relação escola – meio, tendo em consideração a localização privilegiada na Zona Histórica da Cidade do Porto;
- Valorizar a formação contínua do pessoal docente e não docente;
- Criar um ambiente capaz de responder aos interesses e necessidades das crianças;
- Promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças, numa perspetiva da educação para a cidadania, para os valores e para a multiculturalidade;
- Desenvolver nas crianças atitudes de autoestima, respeito mútuo, regras de convivência que contribuam para a sua educação como cidadãos tolerantes, autónomos e civicamente responsáveis;
- Apoiar o desenvolvimento equilibrado e harmonioso das crianças através da criação e da organização de atividades que lhes proporcionem a ocupação dos seus tempos livres;
- Promover atividades de modo a permitir uma participação mais ativa dos pais na educação dos seus filhos;
- Envolver os pais no processo educativo dos seus filhos, contribuindo para melhorar o desenvolvimento e desempenho escolar das crianças;
- Consciencializar os encarregados de educação, para o papel ativo que é necessário desempenhar na consecução dos objetivos definidos pela equipa pedagógica para as três valências;
- Promover o diálogo da escola com a família, sobretudo através de espaços de carácter informal (festas, reuniões, encontros que promovam a discussão aberta sobre temas pertinentes para a concretização do Projeto Educativo).

AVALIAÇÃO

A equipa de avaliação do Projeto Educativo deve ser constituída por representantes do pessoal docente e não docente da instituição, por representantes da comunidade religiosa pelos elementos da Comissão de Pais em representação de todos os pais.

Esta equipa será responsável por avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Educativo.

Para que esse acompanhamento seja eficaz, a equipa deve definir um plano de reuniões periódicas, de forma a acompanhar o desenrolar do P.E.

Essas reuniões de avaliação têm como objetivo realizar um ponto da situação, ou seja, refletir sobre a operacionalidade do projeto, identificando as dificuldades sentidas, os aspetos positivos e os resultados obtidos até ao momento, deixando registos de todos esses momentos.

De uma reunião, no final de cada ano letivo, sairá um relatório de avaliação do Projeto, que tem por objetivo decidir pela continuação, modificação ou readaptação do projeto ou fases do mesmo, tendo em consideração os resultados esperados e os obtidos.

BIBLIOGRAFIA

Caetano, Ana Paula; 2004; *A Complexidade dos Processos de Formação e a Mudança dos Professores*; Porto Editora; Porto

Carvalho, Adalberto D. e Afonso, Manuela; 1993; *A Construção do Projeto de Escola*; Porto Editora; Porto

Linhas Mestras da Caridade Ministerial *das Filhas da Caridade Canossianas*, 1996

Modesto, Giacom; 1993; *Madalena de Canossa; Humildade na Caridade*

Moreira, M. e Silva, M.; 2007; *Escola Universal... Escola Reflexiva...*, Projeto de Investigação da Pós-Graduação de Supervisão e Formação de Formadores na ESE Paula Frassinetti

LEGISLAÇÃO

Lei Quadro nº. 5/97 de 10 de fevereiro

Portaria nº. 262/2011, art. 3º, 4º e 5º.

O decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril

Despacho Normativo nº 96/89 de 21 de outubro de 1989